ATA DA 8ª REUNIÃO DO CONSELHO GESTOR DA APA COROA VERMELHA – RECONDUÇÃO DO BIÊNIO 2026/2028

APA COROA VERMELHA
ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL

Aos três dias do mês de novembro de dois mil e vinte e seis, foi realizada, por meio da plataforma virtual *Microsoft TEAMS*, a 8ª Reunião do **Conselho Gestor da Área de Proteção Ambiental (APA) Coroa Vermelha**, sob a coordenação da gestora Sra. Sandra Antunes do Nascimento, da suplente Sra. Débora Ingrid Costa Rocha, com apoio da Sra. Jamille Pires, técnica administrativa das UCS na CGEUC, tendo como pauta principal a recondução do Conselho Gestor para o **biênio 2026/2028**. Inicialmente, foi realizado o registro de presença dos participantes, com chamamento nominal para que pudesse se manifestar quanto ao interesse em reconduzir ou não o conselho. Após a verificação das manifestações e a conclusão do processo de votação, a Sra. Jamille informou que a recondução havia sido aprovada por unanimidade, com todos os votos favoráveis. Dessa forma, declarou reconduzido o Conselho Gestor da APA Coroa Vermelha para o biênio 2026/2028 com a seguinte composição: **PODER PÚBLICO:** 1. Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos - INEMA, 2. Empresa Baiana de Águas e Saneamento S.A - EMBASA, 3. Coordenação Regional do Sul da Bahia - FUNAI 4. Secretaria Estadual do Meio Ambiente - SEMA, 5. Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Causa Animal de Porto Seguro - SEMAC, 6. Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Santa Cruz de Cabrália - SEMMA, 7. Superintendência do Patrimônio da União na Bahia - SPU, 8. Universidade Federal do Sul da Bahia - UFSB, 9. Polícia Militar Ambiental - CIPPA Porto Seguro, 10. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN. **SOCIEDADE CIVIL:** 1. Associação Cultural Cabrália Arte e Ecologia - ASCAE, 2. Associação de Comerciantes do Parque Indígena Pataxó da Aldeia Coroa Vermelha, 3. Associação Indígena Novos Guerreiros Assuhã, 4. Associação dos Pescadores Indígenas Pataxó, 5. Instituto Ciclos de Sustentabilidade e Cidadania, 6. Instituto Pataxó de Etnoturismo, 7. Movimento Indígena da Bahia - MIBA, 8. Colônia de Pescadores Z-51, 9. Conselho de Caciques e Lideranças Pataxó - COLIPA. **EMPREENDEDOR LOCAL:** 1. Ambiental Bahia, 2. Etno Consultoria LTDA, 3. Interativa Esporte, Cultura e Turismo Educativo - Escola Oceano 4. Lamares Pousada de Charme, 5. Macuco Ecológico Bar e Restaurante, 6. Morada dos Coqueiros Praia Hotel, 7. Pousada Aldeia Portuguesa, 8. Resort La Torre, 9. Amami Restaurante LTDA. Durante a reunião, a Sra. Jamille

informou que as dez cadeiras destinadas ao Poder Público estavam preenchidas e que, na representação da sociedade civil, havia nove representantes, permanecendo uma vacância. Informou, ainda, a participação de cinco instituições na condição de convidadas. Na ocasião, o Sr. Caetano Alvarez apresentou a possibilidade de inclusão do Sr. Fábio, Superintendente de Turismo de Coroa Vermelha, considerando sua proximidade com a gestão municipal e sua atuação como empreendedor local, por possuir um hotel na região. A Sra. Jamille esclareceu que, nesse caso, a representação poderia ocorrer na categoria de empreendedor local, uma vez que havia disponibilidade de vaga. A Sra. Sandra ponderou que a inclusão deveria ser analisada com cautela, mencionando que o Sr. Nivaldo, do Hotel Areia do Atlântico, já havia encaminhado documentação anteriormente, mas ainda não havia confirmação sobre sua publicação ou sobre o andamento do processo. Também informou que a Associação do Rio Jardim havia encaminhado documentação, porém ainda havia pendências documentais. Na mesma oportunidade, foi informado que seria realizado o levantamento das ausências dos representantes, conforme previsto no Regimento Interno, a fim de verificar a situação de permanência dos conselheiros e subsidiar eventuais providências relacionadas às vagas. Orientou que os conselheiros poderiam entrar em contato com a equipe responsável, por meio do WhatsApp institucional ou do e-mail, para esclarecimento de dúvidas e encaminhamento de demandas. Na sequência, após a declaração da recondução, a palavra foi passada às gestoras, a Sra. Débora Costa manifestou reconhecimento ao trabalho desenvolvido pela Sra. Sandra e pela equipe, reafirmando seu apoio e sua disponibilidade para contribuir com as atividades do Conselho, mesmo atuando em outra unidade de conservação, está ali à disposição da APA para ajudar no que for necessário. A Sra. Sandra agradeceu especialmente o apoio da Sra. Jamille e da Sra. Giovanna, que, mesmo à distância, colaboram com a gestão da unidade, a Sra. Sandra agradeceu a participação e o comprometimento dos conselheiros, destacando que a atuação do Conselho depende da colaboração de todos e que, apesar das dificuldades e da complexidade das demandas existentes no território, têm sido alcançados avanços gradativos. Ressaltou a importância da união do grupo e da continuidade do trabalho conjunto durante o novo biênio.

Em seguida, a Sra. Sandra apresentou informes sobre as tratativas relacionadas às atividades de lanchas e jet skis na região. Informou que, após a demanda registrada na reunião anterior, foram realizadas reuniões na Marinha para discutir a questão, destacando que o assunto tem mobilizado diferentes instituições e gerado preocupação entre os representantes locais. Relatou que o diálogo institucional tem sido produtivo e que a fiscalização na região vem sendo intensificada, com a realização de ações e abordagens. Informou, ainda, que houve mudança no comando responsável, com a entrada do Comandante Falcão em

substituição ao Comandante Onofre, e que a nova gestão demonstrou disposição para atuar no enfrentamento das questões apresentadas. Ressaltou, contudo, que a solução não depende exclusivamente de medidas punitivas, sendo necessário também desenvolver ações de orientação e conscientização, bem como esclarecer as atribuições de cada órgão envolvido. Nesse sentido, propôs convidar outros representantes institucionais para participar da próxima reunião do Conselho, a fim de apresentar informações sobre o ordenamento marítimo, esclarecer dúvidas e discutir as providências relacionadas às atividades náuticas no território.

Na mesma oportunidade, a Sra. Sandra informou que havia um edital de restauração em aberto e explicou a participação da APA Coroa Vermelha no Mosaico de Áreas Protegidas do Extremo Sul - MAPES da BA, na condição de Conselho da APA, esclarecendo que a unidade não participaria diretamente da apresentação desse edital, mas que estava apoiando o Fórum Florestal. Destacou que o edital é relacionado à recuperação de áreas florestais e que a participação das instituições do território poderia contribuir para a divulgação das ações desenvolvidas e para o fortalecimento das iniciativas de restauração. Informou que encaminharia ao grupo de WhatsApp uma explicação sobre o edital, para que as instituições interessadas pudessem conhecer a proposta e avaliar a possibilidade de participação. Citou, como exemplo, a atuação da ASCAE no Fórum Florestal, ressaltando a importância do envolvimento dos representantes e das instituições locais. Mencionou também o Instituto Pataxó, considerando a existência de viveiros na Reserva Jaqueira e a experiência da instituição com atividades relacionadas à proteção da floresta. Reforçou que a participação e a divulgação das iniciativas são importantes para dar visibilidade às ações desenvolvidas no território.

Na sequência, a conselheira, Sra. Maria Heloisa Soares Queiroz, representante titular da Escola Oceano, questionou a participação dos conselheiros da APA nas reuniões realizadas com a Marinha e outros órgãos, buscando compreender quais representantes da unidade haviam participado desses encontros. A Sra. Sandra esclareceu que estiveram presentes representantes da Secretaria de Meio Ambiente, do comércio indígena e dos movimentos indígenas, incluindo o cacique Louro e o cacique Zeca, além de representantes de outros segmentos. Informou que também participaram representantes ligados às atividades de lanchas e jet skis, destacando que as reuniões permitiram apresentar as demandas e os problemas observados na região. A Sra. Heloísa relatou, entretanto, sua preocupação com a falta de participação e consulta aos conselheiros em determinadas discussões e decisões relacionadas ao território, ressaltando que, muitas vezes, a sociedade civil e os próprios representantes da APA não são informados sobre situações que afetam diretamente a unidade e a comunidade local.

A Sra. Heloísa retomou a situação envolvendo a Escola Oceano, relatando que os problemas anteriormente apresentados ao Conselho se agravaram e culminaram na demolição da escola. Segundo seu relato, a área ocupada ao lado da escola teria sido ampliada a partir do período da pandemia, e a demolição teria ocorrido em área pública, de domínio da União. Questionou as circunstâncias da intervenção, mencionando a movimentação de caminhões, a realização de serviços de engenharia e o transporte de areia para compactação do terreno antes da demolição. Também manifestou preocupação com a existência de empreendimentos na região, alguns regularizados e outros cuja situação, segundo ela, precisaria ser esclarecida. Destacou que a escola desenvolvia atividades de ensino e aprendizagem e que, em sua avaliação, os acontecimentos demandavam apuração pelos órgãos competentes.

A conselheira também apresentou preocupações relacionadas à operação de jet skis e embarcações por pessoas que, segundo seu relato, nem sempre estariam devidamente habilitadas ou autorizadas, bem como ao aluguel desses equipamentos e aos impactos decorrentes das atividades na praia. Mencionou a ocorrência de acidentes envolvendo embarcações, inclusive um episódio em que um jet ski teria atingido uma lancha em alta velocidade na região de Coroa Vermelha, ocasionando danos materiais e lesões corporais. Ressaltou os riscos à segurança de moradores e turistas, além dos impactos ambientais relacionados à movimentação das embarcações, à erosão provocada pelas subidas e descidas de jet skis e à possibilidade de poluição do solo e da água. Também questionou a realização de lavagem de jet skis e embarcações na faixa de praia e o abastecimento de combustível nas proximidades do mar.

A Sra. Heloísa relatou, ainda, que, durante procedimentos relacionados à investigação de ocorrências no território, teria presenciado situações de intimidação e abordagens consideradas inadequadas, inclusive por pessoas que teriam procurado obter informações sobre uma investigação criminal. Esclareceu que as situações mencionadas estavam sendo tratadas junto às autoridades competentes e que sua manifestação tinha o objetivo de registrar a preocupação com os acontecimentos e seus reflexos sobre a comunidade e a atuação dos conselheiros. Ao tratar do assunto, reforçou sua insatisfação com a efetividade das ações e defendeu maior participação do Conselho na discussão e no acompanhamento das demandas do território.

Em resposta, o Sr. Edvan Santana Alves, representante titular da Superintendência do Patrimônio da União na Bahia - SPU, ponderou que é necessário distinguir as atribuições dos órgãos públicos e encaminhar cada demanda à instituição competente, observando que determinadas ocorrências possuem natureza policial, enquanto outras envolvem questões ambientais, patrimoniais ou de ordenamento territorial. Esclareceu que situações relacionadas a crimes devem ser comunicadas

às autoridades policiais, enquanto as questões de competência da Secretaria do Patrimônio da União (SPU) e do INEMA devem ser direcionadas aos respectivos órgãos. Ressaltou que as denúncias precisam ser formalizadas, com o registro das informações e a identificação do órgão responsável pela providência, de modo a permitir a adoção das medidas cabíveis. Informou que as equipes realizam fiscalizações a partir de denúncias e demandas recebidas e destacou que a atuação institucional exige a identificação precisa das situações e das competências envolvidas. Também ponderou que os problemas relacionados ao uso e à ocupação do território são complexos e envolvem diferentes atores, inclusive pessoas da própria comunidade, razão pela qual a busca de soluções exige diálogo, responsabilidade e participação coletiva. Complementou, ressaltando a atuação positiva do Conselho Gestor da APA.

A Sra. Heloísa esclareceu que sua manifestação não tinha a intenção de atribuir ao SPU ou a qualquer servidor a responsabilidade pelos fatos relatados, mas de registrar sua insatisfação com a efetividade das ações e com a situação vivenciada no território. Informou que os crimes mencionados haviam sido registrados junto à polícia e que sua preocupação estava relacionada à atuação do Conselho enquanto espaço de participação e acompanhamento das questões que afetam a APA. Também retomou as visitas realizadas com a Sra. Sandra e o cacique Louro para verificar problemas de transbordamento de esgoto em dois locais, incluindo a região do Rio Jardim. Relatou que, apesar das visitas e das tentativas de encaminhamento, a situação ainda não apresentava resultados satisfatórios, apontando a possibilidade de subdimensionamento da infraestrutura de saneamento diante do crescimento e da ocupação da região. Ressaltou que os problemas afetam a qualidade ambiental e a experiência de moradores e visitantes, defendendo a necessidade de buscar soluções efetivas e acompanhar os encaminhamentos realizados.

O Sr. Edvan complementou sua manifestação, mencionando que também recebe reclamações sobre questões ambientais e de ocupação territorial em diferentes localidades e que, em alguns casos, os próprios atores envolvidos nas atividades apresentam comportamentos que contribuem para os problemas posteriormente denunciados. Destacou a importância de formalizar as reclamações e direcioná-las aos órgãos responsáveis, de modo que cada instituição possa atuar dentro de suas atribuições. O Sr. Murilo Ribeiro da Silva, representante titular da Associação Cultural Cabrália Arte e Ecologia - ASCAE, também manifestou preocupação com os procedimentos de lavagem de jet skis, lanchas e galões de combustível nas proximidades da praia e do mar, questionando a existência de controle sobre essas atividades. Considerou que, além das questões de navegabilidade e segurança, devem ser avaliados os impactos ambientais decorrentes da lavagem de equipamentos e do possível lançamento de resíduos e contaminantes. Sugeriu que o tema

fosse incluído em discussão futura com a Marinha, para que fossem verificadas as providências e os procedimentos aplicáveis.

A Sra. Sandra reconheceu a complexidade das questões apresentadas e agradeceu os esclarecimentos, ressaltando que o Conselho tem buscado avanços por meio da articulação entre os órgãos e da construção gradual de soluções. Informou que, durante os primeiros meses de atuação do novo comando da Marinha na região, já haviam sido realizadas ações de fiscalização, autuações e apreensões, demonstrando que medidas estavam sendo adotadas. Reforçou, entretanto, que a atuação não deve se limitar à punição, sendo igualmente importante promover a conscientização dos usuários e esclarecer o papel de cada instituição. Informou que a comunidade indígena também tem buscado adequar as barracas existentes na praia, em diálogo com o Ministério Público, visando minimizar impactos visuais e organizar o acesso à praia. Considerou essas iniciativas positivas e destacou que o território possui diversas demandas, exigindo articulação e atuação conjunta.

A Sra. Heloísa voltou a manifestar sua insatisfação com os resultados alcançados, afirmando que, embora reconheça os esforços e os avanços, considera necessário que o Conselho tenha maior efetividade e participação nas ações relacionadas ao território. Reforçou que sua crítica se dirigia à necessidade de avançar nas providências e não ao trabalho individual dos servidores ou gestores. A Sra. Sandra acolheu a manifestação e destacou que o Conselho deve continuar buscando soluções, reconhecendo que os avanços podem ocorrer gradualmente. A Sra. Jamille também ressaltou que a função do Conselho é atuar na defesa das necessidades e no enfrentamento das dificuldades da região, por meio da participação e da articulação entre os diferentes representantes.

Dando continuidade, a Sra. Sandra agradeceu novamente a participação dos conselheiros e destacou a importância da continuidade do trabalho coletivo, ressaltando que a recondução representa a oportunidade de fortalecer as ações e avançar nas demandas da APA Coroa Vermelha. A Sra. Heloísa reconheceu a dedicação da gestora e da equipe, mas reiterou que o Conselho precisa aproveitar a união e a continuidade de seus integrantes para transformar as discussões em ações concretas. Ressaltou que a participação dos conselheiros deve contribuir para dar efetividade às demandas apresentadas e que a avaliação crítica dos resultados também é importante para o aprimoramento do trabalho. A Sra. Sandra concordou com a necessidade de avançar e reafirmou que o grupo deve permanecer unido e comprometido com a melhoria do território.

Antes do encerramento, a Sra. Jamille informou que todas as manifestações apresentadas seriam registradas em ata e que seria realizado o procedimento de encerramento da reunião e conferência da lista de presença. A Sra. Sandra agradeceu a participação de todos e

destacou a importância da parceria entre os representantes e a gestão da unidade. Na ocasião, foi registrada a participação da Sra. Luena, representante da Associação dos Pescadores Indígenas Pataxó, que compartilhou sua recente premiação com o título de “Heroína Brasileira”, recebido em Roma, na Itália, em reconhecimento à sua atuação na representação das mulheres pescadoras e marisqueiras, bem como à valorização da pesca artesanal e da cultura tradicional. A Sra. Luena destacou a importância de representar as mulheres pescadoras, os povos indígenas e os pescadores e pescadoras brasileiros, ressaltando a honra de levar a cultura e o nome do Brasil ao reconhecimento internacional. A Sra. Sandra parabenizou a Sra. Luena pela conquista e reconheceu a importância de sua atuação.

Por fim, a Sra. Sandra declarou encerrada a reunião, agradecendo a presença e a colaboração de todos. A Sra. Jamille informou que a data da próxima reunião e a portaria referente à recondução seriam encaminhadas aos conselheiros por e-mail e pelo grupo de WhatsApp. Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada. Para constar, foi lavrada a presente Ata por mim, Sra. Jamille Pires, que, após lida e aprovada, será devidamente assinada para os fins administrativos cabíveis.

Documento assinado eletronicamente por **Sandra Antunes do Nascimento**, **Especialista Meio Ambiente Recursos Hídricos**, em 13/11/2026, às 15:53, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 13º, Incisos I e II, do Decreto nº 15.805, de 30 de dezembro de 2014.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://seibahia.ba.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **00153196599** e o código CRC **91FF8DF8**.

Referência: Processo nº 046.2782.2025.0004349-53 SEI nº 00153196599